



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIANA RODRIGUES

**Ensino de Sociologia, Democracia e Representação Social:
Estudo de caso em uma escola pública no Cariri Ocidental Paraibano**

**SUMÉ- PB
2014**

MARIANA RODRIGUES

Ensino de Sociologia, Democracia e Representação Social:
Estudo de caso em uma escola pública no Cariri Ocidental Paraibano

**Monografia apresentada à
Coordenação do Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do
Centro de Desenvolvimento
Sustentável do Semiárido da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada em
Ciências Sociais.**

Orientador: Professor Ms. José Marciano Monteiro

SUMÉ- PB

2014

Ficha Catalográfica

Elaboração: Biblioteca Setorial UFCG / CDSA

S231e Rodrigues, Mariana.

Ensino de sociologia, democracia e representação social : estudo de caso em uma escola pública no Cariri Ocidental Paraibano. / Mariana Rodrigues. - Sumé - PB: [s.n], 2014.

54 f.

Orientador: Prof. Me. José Marciano Monteiro.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Democracia. 2. Ensino de sociologia. 3. Representação social. I. Título.

CDU: 316:37(043.3)

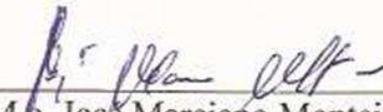
MARIANA RODRIGUES

Ensino de Sociologia, Democracia e Representação Social:
Estudo de caso em uma escola pública no Cariri Ocidental Paraibano

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Aprovada em 22 / 04 / 2014

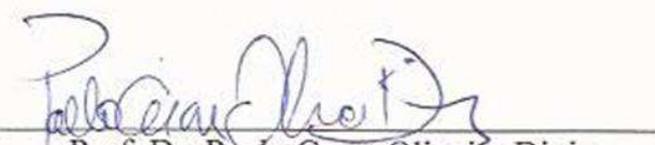
BANCA EXAMINADORA



Prof. M.e. José Marciano Monteiro
(Orientador – UFCG/CDSA)



Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa
(Examinador Titular Externo– UFPB/CCHLA)



Prof. Dr. Paulo Cesar Oliveira Diniz
(Examinador Titular Interno – UFCG/CDSA)

Dedico este trabalho aos alunos do Ensino Médio da Escola Senador José Gaudêncio, na esperança de que lutem por tempos mais democráticos.

AGRADECIMENTOS

Porque agradecer é um ato de reconhecimento por tudo que o outro faz por nós.

Agradeço a Deus por ter me concedido o direito de viver, por nunca ter desistido de mim, por permanecer ao meu lado em todos os momentos. Graças te dou - Deus de amor infinito e misericordioso - por me ajudar todos os dias a lutar contra meus inimigos interiores e exteriores e a superar minhas mais íntimas necessidades.

À minha mãe (*in memória*) por ter me amado como amam as “mães de verdade”. A ela que infelizmente me deixou tão cedo, mas deixou sua doce lembrança. Lembrança que mesmo doce se torna amarga. Ah! Minha mãe, quem dera eu pudesse esquecer-te para sempre para assim não sentir tanta dor. Tua ausência me mata aos poucos.

Ao meu pai (*in memória*) que me deu exemplo de homem, de dignidade e sabedoria. Que me amou como o criador ama sua criatura. Obrigada pelo cuidado, por ter ficado comigo, por fazer parte da minha vida.

Ao meu namorado, Hegilli Franklin, por me apoiar em minhas decisões, por ficar ao meu lado - sempre acreditando em mim e me mostrando que sou capaz. Obrigada por ser este homem íntegro que a cada dia me faz mais feliz. Nosso relacionamento é a melhor coisa dos últimos tempos em minha vida. Sem você muitas coisas não teriam sido possível. Amo-te cada dia mais!

À Lu (sogrinha do meu coração) por também acreditar que sou capaz. Pelo carinho e preocupação.

À minha princesa, Pâmela Maria, que sempre perguntava: “Mari, e o TCC?”. Assim, talvez mesmo sem saber, demonstrava sua preocupação e interesse pelo meu trabalho.

Aos alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Senador José Gaudêncio. Obrigada pela participação nesta pesquisa.

Não posso deixar de agradecer a Kleidinha e Rosângela Santos pelas boas conversas, pelos risos nas noites longas de estudos e por fazerem parte de minha vida. Vocês estão em meu coração e fazem parte desta história!

Agradeço ao colega Josinaldo Cavalcante (símbolo de simplicidade) por me atender nas horas em que precisei de sua ajuda.

Obrigada ao professor José Marciano Monteiro por ter aceitado o convite para me orientar no desenvolvimento desta pesquisa e aos professores Paulo Diniz e Valdonilson Barbosa dos Santos por aceitarem o convite para compor minha banca. Vocês são, para mim, três grandes exemplos de competência e humildade. Aprendi muito com vocês!

“Sonhar é inerente à essência humana. É a mola que impulsiona o homem à experiência da vida. Não vive aquele que não tem um sonho. E torna-se inacabado o homem que não o persegue, pois realizá-lo é condição de uma vida plena e feliz”.

(Gabriel Chalita).

RESUMO

Este trabalho versa sobre as representações sociais dos alunos do Ensino Médio da Escola Senador José Gaudêncio, município de Serra Branca - PB no tocante ao entendimento que os mesmos têm em relação à democracia. Entende-se que toda representação social, é a representação de um objeto e de um sujeito (REIS & BELLINI, 2011). Portanto, trabalha-se com o saber que é construído no seio das relações dos indivíduos com seu espaço. Assim, através da Análise do Discurso do Sujeito Coletivo de Lefèvre & Lefèvre (2003) pôde-se fazer, neste trabalho, a construção de quatro discursos: A democracia é uma forma de governo do povo; Um governo democrático é aquele que “oferece” voz ao povo; A democracia está ligada unicamente ao exercício do voto; Temas relacionados à política: democracia, poder, Estado, eleições, formas de governo, não são trabalhados de maneira suficiente na disciplina de Sociologia. Diante deste contexto foi possível analisar as representações sociais dos pesquisados, no tocante a democracia, e apontar como as práticas pedagógicas desenvolvidas nas aulas de Sociologia podem contribuir para ampliação das representações sociais expostas no corpo do texto que se segue, uma vez que, o uso de metodologias de ensino adequadas é condição *sine qua non* para o aprendizado adequado de qualquer aluno.

Palavras-chave: Democracia. Ensino de Sociologia. Representação Social.

ABSTRACT

This paper concerns about the social representations of high school students from the School Senador José Gaudêncio, in the municipality of Serra Branca - PB regarding the understanding that they have on democracy. It is understood that all social representation is the representation of an object and a subject (REIS & BELLINI, 2011). Therefore, this paper considers the knowledge that is built within the relations of individuals to their space. Thus, through Discourse Analysis of Collective Subject of Lefèvre & Lefèvre (2003) it was possible to make in this paper, the construction of four speeches: Democracy is a form of government of the people; a democratic government is one that "offers" voice to the people; Democracy is linked solely to the exercise of voting. Related policy issues: democracy, power, state, elections, forms of government, are not worked upon sufficiently in the discipline of Sociology. Given this context, it was possible to analyze the social representations of respondents with regard to democracy, and point out how the pedagogical practices developed in the lessons of sociology can contribute to expansion of exposed social representations, in this paper, since the use of appropriate teaching methodologies is sine qua non condition for appropriate learning of any student.

Keywords: Democracy. Teaching Sociology. Social Representation.

LISTA DE QUADROS

1-.....	37
2-.....	39
3-.....	40
4-.....	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	12
2.1 A Sociologia volta à escola.....	12
2.2 A educação exige um “novo” professor.....	13
2.3 O papel do professor de Sociologia frente às dificuldades da reinserção da disciplina nos currículos das escolas de nível médio.....	14
2.4 O livro didático de Sociologia e a contextualização do conhecimento.....	16
2.5 Democracia: em busca de uma definição.....	23
2.6 A importância da accountability na esfera das instituições políticas.....	30
2.7 A teoria das representações sociais.....	32
3 METODOLOGIA.....	33
3.1 Tipo de estudo.....	33
3.2 Local do estudo.....	34
3.3 População amostra.....	34
3.4 Instrumento de coleta de dados.....	34
3.5 Coleta de dados.....	34
3.6 Procedimento de coleta de dados.....	34
3.7 Tratamento dos dados.....	34
3.8 Procedimento ético da pesquisa.....	35
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICES.....	52

1 INTRODUÇÃO

A democracia não é algo novo, tão pouco os debates sobre a mesma. A democracia está, para muitos, ligada unicamente ao direito de votar, de escolher governantes. Em outras palavras, só é exercida em tempos de eleições passando, assim, a ter caráter mínimo, nas palavras do estudioso Joseph Schumpeter (1984).

Não obstante, vê-se que, muitos discursos políticos pregam uma visão democrática, afirmam que o Brasil é um país cuja democracia está consolidada, mas será que o povo, agente principal no contexto de tal discussão, concorda com isto? Será que o povo sabe ao menos o que é democracia, em especial dentro da conjuntura política?

Todavia o desenvolvimento do sistema capitalista acabou gerando a chamada nova ordem global, a qual se configura como terreno fértil para um desenvolvimento “supostamente” mais ativo da democracia. Como aponta Giddens (2001), a democracia jamais havia se estendido com tamanha força de tal modo a abrir diálogos na esfera política. Entretanto, é preciso ressaltar que em países, a exemplo do Brasil, que anda em vias de desenvolvimento, diversas crises sociais que ameaçam o desenvolvimento democrático e a própria consolidação da democracia.

Em muitos países a democracia ainda se configura como um sonho e o cidadão, não passa de um fantoche nas mãos dos detentores do poder, alguém que só serve na hora de votar e nada mais Schumpeter (1984).

Diante disso, e de tantas outras lacunas encontradas no cenário político e na história da democracia, precisa-se atentar para o fato da importância sobre o conhecimento da mesma e o que se pode fazer para aprofundá-lo a fim de enfrentarmos as crises que nos cercam e dialogar dentro do espaço político para não sermos marionetes no âmbito da sociedade.

Ademais, vive-se um dado momento da história que imputa a repensar e avaliar com mais seriedade a conjuntura política, na qual estamos inseridos. Como bem afirma Dahl (2001) estamos testemunhando desde a última metade do século XX grandes alterações políticas que ameaçaram e continuam ameaçando as alternativas possíveis para a democracia.

Bem, para discutir os fatos supracitados é preciso, antes de tudo, que se saiba minimamente o que se entende por democracia. Não é possível discutir e analisar as alterações políticas que a ameaçam tais como: a falta de abrangência da cidadania, a violação aos direitos humanos, o descompromisso com a proteção dos direitos políticos e das liberdades civis, a falta de influência dos cidadãos nas decisões políticas e o controle dos

mesmos sobre a atuação de seus representantes - seja no percurso histórico, seja na contemporaneidade, sem o conhecimento de seu significado, sem conhecer sua origem e seu papel na melhoria das condições de vida de um povo.

Pensando nestas questões norteadoras e tendo em vista o retorno da Sociologia aos currículos escolares e sendo, esta, “chave” para discussão de temas como a democracia, surgiu a necessidade de conhecer, através de pesquisa qualitativa, as representações sociais dos alunos do Ensino Médio sobre a mesma e como o ensino de Sociologia pode contribuir no âmbito deste debate.

A pesquisa foi realizada com vinte e quatro alunos (24) e com a professora de Sociologia da Escola Senador José Gaudêncio no município de Serra Branca - PB. Os dados foram coletados por meio de entrevista semi - estruturada e tratados conforme as etapas propostas pela Análise de Discurso do Sujeito Coletivo de Lefèvre e Lefèvre (2003). Para ambos os autores, o conceito de discurso do sujeito coletivo abarca a proposta de aparelhar e tabular os dados qualitativos de caráter verbal.

Corroborando com Arroyo (2010), é preciso conhecer as opiniões dos alunos, ensinar, aprender, desenvolver nos mesmos as dimensões citadas anteriormente. Estas são exigências feitas aos educadores, são as esperanças e exigências feitas pela sociedade e também pelos educandos, mesmo que muitas vezes não se deem conta disso.

Cabe salientar que a escola também é local de se discutir democracia, poder, cidadania, política e etc., porque é local de socialização, de aprendizado.

Diante deste cenário, essa realidade se apresenta como terreno fértil para se refletir acerca da educação, das práticas pedagógicas, do material didático utilizado em sala de aula, da melhoria da educação pública brasileira, da formação de uma identidade política e cidadã dos jovens a fim de construirmos novas estratégias educacionais para melhor entendimento da nossa realidade local, regional e nacional. Entendemos que pesquisar estas representações sociais não será relevante apenas para as teorias da Educação e para as Ciências Sociais, mas também será importante porque estaremos colocando em discussão uma articulação entre Educação Escolar, formação de identidade do sujeito e participação na esfera política entendidos aqui como instrumentos de luta e de transformação social.

Como sequencia lógica este trabalho esta rateado nas seguintes seções: na primeira esta exposta à introdução onde é contemplada uma explanação geral sobre o tema; na segunda seção, que compreende a revisão de literatura, se discute a volta da Sociologia aos currículos escolares; a exigência de um “novo” professor frente a esta temática e as dificuldades enfrentadas por este profissional; é discutida a questão do livro didático de Sociologia, sendo

aqui, analisado o livro: “Sociologia para o ensino médio” de Nelson Dácio Tomazi, bem como este trabalha o tema democracia e a contextualização do conhecimento; faz-se uma abordagem sobre a definição de democracia e seus tipos; é ainda exposta a importância da accountability no âmbito das instituições políticas e a teoria das representações sociais, uma vez que estamos a tratar das representações sociais sobre democracia; na terceira seção é exibida a metodologia usada nesta pesquisa; a quarta seção versa sobre a análise e discussão dos dados obtidos; por fim, são expostas as considerações finais transpostas do texto percorrido, bem como, a lista de obras consultadas.

Este conjunto estrutural foi elaborado levando em consideração o fato de que estamos trabalhando no âmbito do ensino de Sociologia e, uma vez que, a democracia se insere neste contexto como tema importante a ser desenvolvido em sala de aula com vistas ao melhor entendimento da sociedade política e desenvolvimento da cidadania. Assim, ao analisarmos as representações sociais que os pesquisados têm sobre democracia podemos fazer uma ligação destas com o ensino de Sociologia na escola básica, com a forma que a democracia é trabalhada no livro didático aqui analisado e também com as práticas pedagógicas do responsável por lecionar as aulas desta disciplina. Compreende-se que tal ligação não seria possível sem a discussão dos assuntos que estruturam este trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A SOCIOLOGIA VOLTA À ESCOLA

A Sociologia é vista como uma disciplina e uma ciência básica na escola colocando-se como forte base de apoio no processo de construção de um pensamento crítico e de uma formação humanista do indivíduo com vistas a inseri-lo num caminho de auto reconhecimento da realidade na qual se encontra inserido.

A entrada de Émile Durkheim na Universidade de Bordeaux, no ano de 1887 constitui uma tradição usada para simbolizar a introdução da Sociologia como disciplina no currículo escolar. Quando pensamos à volta dessa ciência aos currículos das escolas brasileiras, vale salientar que sua proposta de inclusão nasceu em 1870 quando Rui Barbosa propôs em um de seus pareceres que a disciplina de Direito Natural fosse então substituída pela Sociologia. Outro ponto a ser mencionado é a proposta da Reforma de Benjamim Constant, data de 1891 com a implantação do ensino de Sociologia justificada pelo fato de ser uma ciência crítica, de caráter próprio e inovador, que viria a contribuir para o desenvolvimento significativo do pensamento dos educandos, gerando progresso de conhecimentos uma vez que estes passariam a obter capacidade de interpretação e poderiam intervir em sua própria realidade social.

A Sociologia passou a integrar os currículos da escola secundária brasileira entre 1925-1942 com a chamada Reforma Rocha Vaz e logo após com a de Francisco Campos. Nesse momento, essa ciência passou a ser exigência em alguns vestibulares de universidades conceituadas. Nesse período sua presença é de caráter intermitente.

Com a formulação da primeira lei de Diretrizes e bases da Educação – LDB (Lei nº 4.024/61) a Sociologia encontra-se como optativa e a LDB seguinte (Lei 5.692/71) manteve essa situação, porém com a crise do “milagre econômico brasileiro” no fim do ano de 1970 e início de 1980 observou-se que não havia demanda suficiente para o elevado número de técnicos existentes, isso acarretou em 1982, na flexibilização da legislação educacional com a Lei nº 7.044/82, na qual o governo revogou a obrigatoriedade do ensino profissionalizante e, desse modo, foi aberta a possibilidade de diversificação de currículos.

Com a Lei nº 7.044/82 a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo propôs que as escolas abarcassem em seus currículos Sociologia, Filosofia e Psicologia retomando a luta pela volta da disciplina nas escolas. A nova LDB – (Lei nº 9.394/96) diz em seu Artigo 36, Inciso III que “ao fim do ensino médio, o educando deve apresentar domínio de

conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Acreditava-se que realmente a Sociologia se tornaria obrigatória, mas o parecer do Conselho Nacional de educação – CNE e o veto do Presidente da República e o veto do governador de São Paulo ao projeto aprovado foram contra a obrigatoriedade da disciplina.

A lei Federal n.º. 11.684/08 dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, em todas as séries, frente à preocupação e o retorno de uma formação crítica e integral do ser humano, sancionada no dia 02 de junho de 2008, alterando a Lei n. 9.394/96 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. Conforme Resolução n. 04 de 16 de agosto de 2006, do Conselho Nacional de Educação – CNE, a re-inclusão das disciplinas seria com um prazo de um ano (vide art. 3º) a contar da data da publicação da resolução. Portanto toda a escola pública e privada das unidades da federação teria um período para esta adequação, atendendo as necessidades das escolas em cumprir tal determinação legal, já prevista desde a Resolução da Câmara de Educação Básica – CEB – n. 03 datada de 26 de junho de 1998. A intenção do retorno da Filosofia e da Sociologia no Ensino Médio é ajudar na formulação do pensamento crítico do cidadão, os levando a uma postura crítica e consciente em relação à sociedade e também a si mesmo.

Cabe, então, ressaltarmos que diante da volta da Sociologia aos currículos das escolas básicas uma exigência de caráter impar e altamente necessária insurge neste contexto: professores bem capacitados para ministrarem aulas do conteúdo da referida disciplina. Neste sentido, faz-se necessário, a mister, observarmos os grandes desafios enfrentados por tal profissional frente às dificuldades advindas, seja da falta de boa preparação didático-pedagógica, seja diante do preconceito que permeia a reinserção da Sociologia.

2.2 A EDUCAÇÃO EXIGE UM “NOVO” PROFESSOR

O que é ser professor hoje? Ser professor hoje é viver intensamente o seu tempo, conviver; é ter consciência e sensibilidade. Não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem educadores, assim como não se pode pensar num futuro sem poetas e filósofos. Os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas (GADOTTI, 2000, p.9).

Gadotti (2000), em seu artigo intitulado “Perspectivas atuais da Educação”, nos trás relevantes questionamentos sobre as grandes mudanças ocorridas no campo político, econômico, cultural, científico e tecnológico, nas últimas décadas do século XX. Neste

sentido, nasce à necessidade de se pensar diversos fatores, entre os quais, a educação e formação de um “novo” professor, uma vez que, ambos não estão imunes as mais variadas mudanças advindas do processo de globalização. O mundo exige de nós cada vez mais conhecimento, aprimoramento de nossas capacidades intelectuais, pensamento crítico e sentimento de autodeterminação para resolução de conflitos. Segundo Gadotti (2000, p. 04):

Hoje muitos educadores, perplexos diante das rápidas mudanças na sociedade, na tecnologia e na economia, pergunta-se sobre o futuro de sua profissão, alguns com medo de perdê-la sem saber o que devem fazer.

Então renasce uma preocupação na esfera educacional como um todo: pensar a formação do professor e/ou educador como assim queiram chamar. Aqui, diversas hipóteses podem ser lançadas, mudanças curriculares nos cursos de graduação, novas didáticas, ideais educacionais, enfim, um leque de alternativas, cujo final pode ser incerto. Entretanto, não podemos deixar tais perspectivas à margem, pois podem ser colocadas em prática e, em meio a tantas incertezas, gerarem resultados altamente positivos.

Mediante tais possibilidades, Jesus (1991) ressalta a relevância de tais leques, que se configuram em perspectivas educacionais que conseqüentemente atuam no processo de flexibilidade, abertura ao imprevisto, de modo que lance novas possibilidades frente às diversas circunstâncias educativas para as quais estão sujeitos os profissionais docentes.

Dito isto, é correto afirmarmos que a contemporaneidade carece e exige educadores que pensem uma educação para o futuro, pautada em novos processos de ensino-aprendizagem, em novas e eficazes didáticas.

2.3 O PAPEL DO PROFESSOR DE SOCIOLOGIA FRENTE ÀS DIFICULDADES DA REINserÇÃO DA DISCIPLINA NOS CURRÍCULOS DAS ESCOLAS DE NÍVEL MÉDIO

São inúmeras as razões que justificam a volta da Sociologia aos currículos das escolas de nível médio. Inúmeras são também as dificuldades enfrentadas pelo responsável por ministrar aulas da referida disciplina. Dificuldades estas que vão desde o preconceito com a disciplina, por parte de alunos e professores, à problemática teórico-metodológica, fator que concomitantemente nos leva a indagar: qual maneira mais adequada de dar aulas de Sociologia?

Nesta perspectiva aferimos que todo professor que esteja responsável por ministrar aulas de Sociologia no Ensino Médio deve apresenta - lá a seus alunos não somente como

Ciência, mas também como disciplina que através de muitas lutas retornou aos currículos escolares. Assim, ressalta-se que o “ensinar Sociologia” é acima disso, um “fazer Sociologia”, de modo que, para Bauman (2001.p.246).

Não há escolha entre maneiras “engajadas” e “neutras” de fazer sociologia. Uma Sociologia descomprometida é uma impossibilidade. Buscar uma posição moralmente neutra entre as muitas marcas de sociologia hoje praticadas, marcas que vão da declaradamente libertária à francamente comunitária, é um esforço vão. Os sociólogos só podem negar ou esquecer os efeitos de seu trabalho sobre a “visão de mundo”, e o impacto dessa visão sobre as ações humanas singulares ou em conjunto, ao custo de fugir à responsabilidade de escolha que todo ser humano enfrenta diariamente. A tarefa da sociologia é assegurar que essas escolhas sejam verdadeiramente livres e continuem, cada vez mais, enquanto durar a humanidade.

Então, há e de fato deve haver um esforço mútuo por parte do professor no “fazer” e ensinar sociologia. Isso implica em uma responsabilidade impar, em um comprometimento não só com a Ciência e/ou com a disciplina, mas também como o corpo discente, o qual possui assim como o docente sua visão de mundo, ideologias, opiniões políticas e sociais.

Cabe então observar, bem como afirma TURNER (2000), que todos nós somos sociólogos, uma vez que diariamente analisamos nossos comportamentos e experiências diante das mais variadas situações. Nesse sentido, faz necessário mostrar ao aluno que a Sociologia é um elemento primordial para que pode possibilitar a analisar de tais situações de forma sistemática e precisa indo além da compreensão pautada no censo comum, unicamente em nossas experiências.

Portanto, através da apresentação da Sociologia por parte do professor o aluno poderá “ganhar gosto” pela mesma. Observar que estamos diante de tempos pós-modernos, ou como diz BAUMAN (2001), diante da chamada modernidade líquida, na qual nada foi feito para durar, onde tudo é volátil, em especial a identidade dos sujeitos, e assim, buscar entender que nem sempre podemos agir de acordo com nossas vontades visto que as teias sociais, nas quais estamos envolvidos, exercem forte coercitividade sobre nossos comportamentos.

É no sentido de fazer o aluno “ganhar gosto” pela Sociologia, que entra em questão o que Gadotti (2000), chama de aprender a fazer, quando ressalta que a atividade do fazer deixou de ser estritamente instrumental. Neste sentido, o autor expõe que “vale mais hoje a competência pessoal que torna a pessoa apta a enfrentar novas situações de emprego, mas apta a trabalhar em equipe, do que a pura qualificação profissional” (GADOTTI, 2000. p. 9). Conseqüentemente a competência pessoal se alastra no campo educacional como fator indispensável na formação do bom professor. É esta a competência que o ajudará na mediação

e resolução de conflitos, além de auxiliá-lo no desenvolvimento significativo de sua prática docente.

É impreterivelmente necessário nos questionarmos diariamente sobre o que é ser um “bom” professor, em especial o que é ser um “bom” professor de Sociologia. Lembrando que para isso somos desafiados a repensar nossas concepções de aprender, ensinar, avaliar e conhecer, porque de certo modo aprendemos para ensinar. O ensinar está entrelaçado num processo avaliativo do “eu” e do “outro”, e, aprender, ensinar e avaliar está em um contexto relativamente amplo e discutível que se chama conhecer.

Aprender a conhecer é papel fundamental do “bom” professor. Não conhecer tudo, é claro, mas aprender a conhecer no sentido de “construir e reconstruir o conhecimento, curiosidade, autonomia, atenção” (GADOTTI, 2000, p.9). Neste processo, podemos pensar a educação do futuro e/ou a educação para o futuro.

Não somente a disciplina de sociologia exige um “bom” professor, um professor que saiba conhecer, mediar o conhecimento, que eduque para a vida. O fato é que a modernidade, através da globalização, da era da informação etc., nos mostra um tempo de perplexidade, de mudança de concepções, de necessidade de se pensar melhor a educação. Tais fatores nos pedem para vislumbrar um tempo de perspectivas diante dos desafios dos quais a educação encontra-se exposta. É tempo de criarmos novas possibilidades, observar o papel da educação, de professores e de todos aqueles que visam progresso nesse campo.

Assim, precisamos de uma educação que dê sentido à vida, que sirva de instrumento para o que Antônio Cândido denominou de “humanizar o homem”, uma educação cujos produtos sejam benéficos para a humanidade como um todo. Isso sim é imprescindível.

2.4 O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA E A CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O livro didático pode ser visto como elemento cultural perceptível no ambiente educacional. Um elemento que sobreviveu a diversas transformações sociais e, por conseguinte, mantém sua importância na vida de educandos e educadores atuando como mediador na construção e propagação do conhecimento.

Conforme Lajolo (1996), didático é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática. Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e

condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina. Em vista disso, a desconfiança suscitada sobre a qualidade destes livros diz respeito à maneira como estes se apresentam, a saber, de forma fechada e complexa, com textos de difícil compreensão e com exercícios que visam respostas que merecem grande aprofundamento teórico, tornando-se assim, alvo de debates nas secretarias de educação, escolas, entre os próprios educadores e alunos, nos jornais, revistas e até mesmos dentro do seio familiar.

Cabe expor que não é de hoje que o livro didático vem sendo alvo de discussões em diversas esferas da sociedade. Apesar de suas falhas serem sempre expostas e debatidas, este ainda é visto como item indispensável no processo de escolarização. Porém, muitas vezes é utilizado erroneamente para substituir o professor quando deveria lhe servir de suporte para preparação das aulas. Ademais, espera-se que o livro didático favoreça o diálogo entre as diversas realidades sociais por meio da contextualização do conhecimento.

No tocante a tal aspecto tomamos para discussão o livro *Sociologia para o Ensino Médio* de Nelson Dacio Tomazi (2010), livro adotado pelo Estado da Paraíba e utilizado em sala de aula pela docente da disciplina Sociologia da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Senador José Gaudêncio.

Seguindo a perspectiva de encontrar melhores direcionamentos para a qualidade do Ensino de Sociologia o autor propõe um manual diversificado em termos de conteúdos, conceitos e teorias, estas bem focadas nos pensamentos de Karl Marx, Max Weber e Emile Durkheim, mas não eliminando pensamentos divergentes desses autores clássicos da Sociologia.

O livro ora mencionado é, aqui, estudado por meio da análise de discurso, visto que é através do discurso que podemos perceber a manifestação dos aspectos ideológicos que cada indivíduo trás consigo, para agir, analisar e interagir socialmente. Segundo Brandão (2004), o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da “existência material” das ideologias.

A visão de ideologia aqui atribuída, não corresponde unicamente à perspectiva de uma falsa consciência, como se apresenta na proposta elaborada por Marx (1975), mas sim, uma noção mais ampla que consiste numa concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica. Nesse sentido, não há um discurso ideológico, mas todos os discursos o são (BRANDÃO, 2004).

Todavia, quaisquer discursos são constituídos através do elo entre os fenômenos linguísticos e a ideologia Pêcheux (1995), esta por sua vez, só é passível de ser identificada a

partir da análise intertextual fazendo-se necessária a construção de uma relação sobre o que Nelson Tomazi (2010) propõe nas Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino de Sociologia ao que concerne aos pressupostos metodológicos.

Se o livro determina quais e como os conteúdos devem ser ministrados pelos educadores, entramos em um debate sobre o que ensinar no Ensino Médio, em especial na disciplina de Sociologia, a fim de não fazer uma mera transposição daquilo que se vê na academia e que conseqüentemente é transferido para esse nível de Ensino. Assim, é possível perceber que há uma grande preocupação por parte de diversos educadores sobre essa questão.

Destaca-se que foram através dos primeiros manuais de Sociologia que os autores elegeram os temas, os conteúdos, as teorias, de forma didática para serem apresentados à sociedade. Assim, estes manuais se constituem como parte integrante do processo de institucionalização da Sociologia enquanto disciplina. Para Meucci (1999, p.121):

Em relação ao desenvolvimento das edições de livros didáticos de sociologia nas primeiras décadas do século XX no Brasil constatamos que um conjunto significativo de obras introdutórias ao conhecimento sociológico surgiu entre nós repentinamente nos anos 30. No período compreendido entre os anos de 1931 e 1948 mais de duas dezenas de livros didáticos de sociologia foram editados no Brasil ao passo que, nas décadas anteriores, publicou-se não mais do que quatro obras dedicadas ao ensino da disciplina para estudantes de direito.

Com efeito, nos primeiros manuais de Sociologia editados no Brasil as teorias sociológicas eram classificadas principalmente segundo o país onde foram elaboradas. No tocante a apresentação de autores do pensamento social brasileiro, nestes manuais, esta se mostra como restringida, ou seja, não havia, aparentemente, a preocupação em estudar a realidade brasileira, em expandir o conhecimento para além do que se produzia em determinada sociedade, em outras palavras, não se buscava a contextualizar o conhecimento.

Tomemos agora as opiniões do educador e consultor das Orientações Curriculares Nacionais (OCNS), Nelson Dácio Tomazi (2008) o qual em entrevista cedida à revista Cronos, e questionado sobre a transposição de conteúdos da academia para o ensino médio esclarece que:

[...] Não é o objetivo formar mini cientistas sociais, ou proto-sociólogos, mas sim dar elementos para que os jovens que estão no ensino médio possam ter uma imaginação sociológica [...] a preocupação do professor de sociologia no ensino médio é desenvolver nos seus alunos a capacidade de ver a realidade em que vivem com outro olhar, além do senso comum. Ou seja, penso que no ensino médio devemos ensinar os alunos a pensar

sociologicamente, utilizando todos os elementos que a sociologia pode lhes oferecer.

Isso induz a entender que o livro exige uma atenção especial por parte de professores e por aqueles que pretendem analisá-lo, seja através de seus conteúdos, seja por meio do discurso que se encontra na base de suas entrelinhas.

Na elaboração do livro *Sociologia para o Ensino Médio*, Tomazi (2008) levou em consideração as OCN's, em especial no tocante aos pressupostos metodológicos. Esses dizem respeito às teorias, os conceitos e os temas, visto que os mesmos não podem ser trabalhados separadamente, pois une em seu conjunto uma Sociologia pautada na compreensão, no discurso e na concretude do empirismo.

A tendência é de que os professores, os livros e as propostas apresentem esses recortes separadamente quando não optam por trabalhar somente com um deles. O que se propõe para a reflexão dos professores é que esses recortes podem ser tomados como mutuamente referentes, isto é, rigorosamente seria impossível trabalhar com um recorte sem se referir aos outros. O que é possível fazer é tomar um deles como “centro” e os outros como referenciais (Silva *apud* Carvalho e Xavier, 2004). Sendo assim, constatamos como o pressuposto metodológico central - a teoria marxiana no livro aqui analisado e, por conseguinte os temas e conceitos dialogando com este (OCN'S).

Tomazi (2010), na tentativa de não cair em um reducionismo teórico, trás visões de diversos autores sobre as temáticas sociológicas, algo necessário para o ensino de Sociologia. Mas que pode acarretar em uma confusão no entendimento por parte dos alunos do ensino médio, haja vista que o livro nas escolas brasileiras, longe de ser mais um recurso didático para o ensino, substitui por si só o próprio professor.

Observa-se a tendência marxiana do autor inclusive na escolha feita por este nos temas a serem abordados nas unidades, a saber, unidade I intitulada a sociedade dos indivíduos, II trabalho e Sociedade, III a estrutura social e as desigualdades, IV poder política e Estado, V direito, cidadania e movimentos sociais, VI ideologia e Cultura, e por fim a unidade VII Mudança e transformação social.

Nas palavras de Tomazi (2010), ele já nos dá indícios de sua filiação teórica, ao afirmar que: “procurei apresentar o conhecimento sociológico de modo muito específico e o mais claro possível para o jovem estudante do Ensino Médio. Em sua elaboração orientei-me por duas preocupações centrais: permitir ao aluno a compreensão da realidade social como uma totalidade concreta, diversa, conflituosa e contraditória - mas nem por isso fragmentária - e

oferecer ao professor elementos teóricos e sugestões que possibilitem incentivar a classe a desenvolver uma reflexão crítica sobre a sociedade”.

Desse modo, o seu viés teórico torna-se perceptível nas unidades que estruturam seu livro, a exemplo da unidade III, A estrutura social e as desigualdades, onde o autor expõe que as desigualdades estão presentes em todos os lugares sendo evidenciadas pelo conflito entre a pobreza e a riqueza.

No capítulo nove da referida unidade, é feita uma abordagem histórica dessa questão por meio da exposição de como é analisada a desigualdade no Brasil percorrendo aspectos como a fome e o coronelismo, raça e classes, a formação das classes sociais, as mudanças sociais, mercado de trabalho, condições de vida e índices de desigualdade. Nesse sentido, ao tratar da vida dos indivíduos numa sociedade que vive em constante transformação Tomazi (2010, p.55) esclarece que:

[...] com os avanços tecnológicos, essa massa de indivíduos praticamente não encontra chance de emprego, por tratar-se de mão de obra desqualificada. É ela que evidencia, sem sombra de dúvida, como o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi criando as desigualdades, que aparecem na forma de miséria e pobreza crescentes, sendo cada vez mais difícil a superação dessa situação.

Percebe-se assim, uma crítica ao sistema capitalista, como se as desigualdades, manifestassem e fossem inerentes a este, em suas variadas facetas.

Na unidade VI, intitulada Ideologia e cultura, Tomazi (2010) procura elucidar esses aspectos através de explicações para ambos os termos, discorrendo sobre a cultura a partir das perspectivas antropológicas, o etnocentrismo, as culturas híbridas, cultura erudita e popular, as origens e perspectivas da ideologia, a influência desta no cotidiano dos indivíduos.

A princípio, o autor assinala que: “O conceito de cultura com frequência é vinculado à Antropologia, como se fosse específico dessa área do conhecimento” (TOMAZI 2007, p. 172). Com isso, percebe-se que o autor não corrobora com a ideia de legitimidade apenas aos antropólogos de trabalharem o tema cultura. No entanto, Tomazi (2010) deixa explícito, no texto, várias concepções de cultura sob a ótica antropológica para posteriormente por em evidência o conceito de cultura segundo a análise do sociólogo brasileiro Alfredo Bosi, o qual assevera que esta é alguma coisa que se faz, e não apenas um produto que se adquire. Com efeito, nas palavras de Tomazi (2007, p. 177):

É por isso que não tem sentido comparar cultura popular com cultura erudita. Quando afirmamos que ter cultura significa ser superior e não ter cultura significa ser inferior, utilizamos a condição de posse de cultura como

elemento para diferenciação social e imposição de uma superioridade que não existe. Isso é ideologia.

A partir dessa constatação que Tomazi (2007) faz sobre a posse de cultura, enquanto elemento que serve para impor uma superioridade inexistente, o mesmo, deixa entrever o pensamento de Marx sobre a ideologia como inversão da realidade, bem como, que as ideias dominantes são sempre as de quem domina a vida material e, portanto, a vida intelectual (TOMAZI, 2007).

É igualmente interessante salientar o fato de que sua formação em história (mestrado e doutorado) influencia diretamente na construção deste livro didático aqui analisado. Ao dar ênfase à historicidade dos fenômenos sociais, algo que facilita ao professor a realização do processo de estranhamento¹ e desnaturalização² dos mesmos, diferenciando-o assim, dos demais autores que se propõem a elaborar livros para o Ensino Médio. Uma vez que não conseguimos vislumbrar esse aspecto em alguns livros didáticos, a exemplo: “Sociologia introdução à ciência da sociedade” da autora Cristina Costa, adotado pelo Estado da Paraíba nos anos de 2010 e 2011 para o ensino de Sociologia.

Em relação ao tópico anteriormente discutido e mediante a análise do livro em questão, observa-se claramente o cuidado do autor, em todas as unidades constituintes de sua obra, em seguir os aspectos metodológicos por ele mesmo elencados nas OCN's. O fato não é surpreendente para o leitor, visto que, sendo Tomazi, um dos principais autores do “manual”, não poderia escrever um livro que não seguisse ao menos minimamente tal regra.

O autor não descarta as possíveis dificuldades em se trabalhar com temas, teorias e conceitos sociológicos, mas ressalta a importância do exercício desta tarefa, uma vez que através disso o aluno poderá adquirir e/ou desenvolver capacidades precisas para melhor compreensão da sociedade em geral, bem como de sua própria realidade. Para tanto, esclarece a relevância das práticas de Ensino e dos recursos didáticos.

A aula expositiva, os seminários, as excursões, visita a museus, parques ecológicos, a leitura e análise de textos, o cinema, vídeo ou DVD, e TV, fotografias, charges, cartuns e tiras são exemplos de recursos de grande relevância no processo de ensino aprendizagem. É claro que a escolha requer muito cuidado por parte do professor, porém tais práticas quando bem

¹ No caso da Sociologia, está em causa observar que os fenômenos sociais que rodeiam a todos e dos quais se participa não são de imediato conhecidos, pois aparecem como ordinários, triviais, corriqueiros, normais, sem necessidade, aos quais se está acostumado, e que na verdade nem são vistos.

² Papel central que o pensamento sociológico realiza das concepções ou explicações dos fenômenos sociais.

trabalhadas levam educandos e educadores a grandes descobertas e oportunidades de conhecimento científico necessário à sua formação enquanto indivíduos sociais e cidadãos ativos.

Se olharmos para o livro, para o papel do professor e da Sociologia no Ensino Médio precisamos pensar no que realmente se deseja obter com esse conjunto estrutural. Lembremos do exposto acima onde Tomazi (2008) assinala que não se propõe a contribuir para a formação de mini cientistas sociais. Porém percebemos que a grande diversidade de autores e teorias expostas no livro exigem conseqüentemente do dueto professor/aluno um estudo mais aprofundado da questão, tanto no que se refere à quantidade de conteúdos quanto em relação destes com o tempo mínimo de hora/aula destinado a Sociologia enquanto componente curricular, contabilizando 40hr/aula anual.

O livro ora analisado é, em si, muito relevante para o processo de ensino aprendizagem, pois se aproxima do que é almejado para o ensino de Sociologia, por contemplar sugestões de livros, filmes, englobar charges, que elucidam os conteúdos de maneira lúdica, além de possuir uma linguagem inteligível ao alunado do Ensino Médio.

Consideramos que Nelson Dacio Tomazi, por sua filiação teórica, limita-se à escolha de alguns temas, que se encontram mais presente na abordagem marxiana deixando de lado, autores não menos importantes e que seriam relevantes para uma melhor compreensão da realidade social que estamos vivenciando na atualidade.

Ao tratar de temas relacionados mais especificamente à Ciência Política, Tomazi (2010) se mostra eclético em relação à variedade de autores que trabalham as questões de Estado, política, poder, democracia e partidos políticos. Neste ponto, além de citar Marx, Weber e Durkheim, abre espaço para o pensamento de Kant, Benjamin Constant, Edmund Burke e grandes autores da teoria democrática contemporânea, como por exemplo: Joseph Schumpeter, Adam Przeworski, Robert Dahl e Guillermo O'Donnell. O autor também não deixa o pensamento de Michel Foucault de fora ao tratar da sociedade disciplinar e da sociedade do controle.

Em relação à democracia, o autor faz uma breve exposição sobre o tema no Brasil e sua relação direta com a representação política. Não obstante, debate sobre a formação dos partidos políticos e busca refletir sobre o estado e a sociedade brasileira.

Apesar de citar Joseph Schumpeter, Adam Przeworski, Robert Dahl e Guillermo O'Donnell como estudiosos da teoria democrática contemporânea, não faz uma abordagem dos estudos dos mesmos, apenas expõe exemplos dos critérios que devem ser preenchidos para a existência da democracia na visão destes autores.

Tomazi (2010) também não expõe uma definição de democracia, e conseqüentemente, não trabalha seus tipos. Ademais, caberia a contextualização do conhecimento, uma vez que a contextualização se configura como: “eixo estruturador do currículo entendido como trabalho de atribuir sentido e significado aos temas e aos assuntos no âmbito da vida em sociedade” (OCN’s, 2006, p. 69). Assim, cabe ainda advertir que o trabalho de contextualização procura envolver a correlação entre as dimensões de realidades local, regional e global, sem o que se torne impossível abarcar a real acepção da vida diária do aluno do ponto de vista histórico.

Questões como, por exemplo: Gênero, Violência e Criminalidade poderiam muito bem ter sido abordada. Contudo, não haverá um livro didático que possa ser considerado como completo, pelo fato de que ao escolher determinados temas inevitavelmente outros serão excluídos. Esse fator está intimamente relacionado ao fato do componente curricular para qual se destina o livro didático consistir em um recorte de uma Ciência tão ampla como a Sociologia.

2.5 DEMOCRACIA: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

No percurso da história buscamos conceituar o termo democracia. Todavia este possui inúmeros significados o que torna a tarefa ainda mais complicada. Mediante a exposição de Azambuja (1998, p. 215):

Nenhum termo do vocabulário político é mais controverso que nas obras de todos os autores. A palavra democracia teve sua origem na Grécia, mais precisamente em Atenas. Seu significado literal é “poder do povo”, expressão compreendida como “poder exercido pelo povo”.

Ao passo em que muitos afirmam viver em plena democracia, não é incorreto afirmarmos que uma parcela significativa de indivíduos não sabe o significado do termo. Muitas pessoas, quando indagadas sobre o significado de democracia respondem, e isto não é novidade, que democracia é algo relacionado à ideia de direito ao voto, do governo da maioria. Não foge deste contexto a percepção de igualdade de direitos e liberdade de expressão. Segundo Alexio *apud* Manfredini (2008, p. 1).

Se tomarmos um valor determinado poderemos dizer que um determinado povo está mais perto da democracia que outro. [...] Se num país os cidadãos têm mais tranquilidade, com relação ao seu futuro, ou seja, se eles não temem ser vítimas de qualquer imprevisto, se, quaisquer que sejam as circunstâncias, eles têm uma garantia mínima, uma certeza mínima de que não lhes faltará pão, teto, habitação etc., então sob esse aspecto, eles vivem em um país democrático. Mas, [...] se num determinado país há todos esses valores já realizados, mas não há a liberdade de escolher os governantes, então esse país, sob esse aspecto, não é democrático. Não basta que a

democracia seja um governo para o povo, ou seja, que tome decisões benéficas para o povo é preciso a participação do povo nos debates, nas escolhas dos governantes.

Fica evidente que democracia é algo que está entre forma de governo e também entre uma concepção de convivência igualitária. Todavia, o que permeia no contexto da definição de democracia é o seu conceito político. Para Manfredini (2008) a democracia é entendida no contexto da detenção do poder político e a forma de como este é exercido. Assim, quando se propõe analisar o conceito de democracia precisamos atentar para o fato de que esta pode ser vista de diversas maneiras.

Monteiro, Sousa & Cruz (2012), pontuam que a polissemia conceitual que permeia a democracia leva a pensá-la de diferentes formas dando-lhe também diferentes significados. Para os autores “Este é o motivo de ouvirmos falar em “democracia direta”, “democracia indireta”, “democracia representativa”, “democracia participativa”, “democracia deliberativa”, “democracia agonística”” (MONTEIRO; SOUSA & CRUZ, 2012, p.79). Vejamos de forma rápida e objetiva algumas explicações sobre estes tipos de democracia.

DEMOCRACIA DELIBERATIVA

O sistema e mundo da vida tiveram sua afinidade reformulada. Esta reformulação preparou caminho para um novo modelo de circulação do poder político que abarca como centro a concepção deliberativa de democracia (LUBENOW, 2010).

Temos na figura de Jurgen Habermas o maior defensor da teoria deliberativa de democracia. De acordo com Luchmann (2010, p.3):

A democracia deliberativa constitui-se como um modelo ou processo de deliberação política caracterizado por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva. Trata-se de um conceito que está fundamentalmente ancorado na ideia de que a legitimidade das decisões e ações políticas deriva da deliberação pública de coletividades de cidadãos livres e iguais.

Distinta da democracia representativa, a democracia deliberativa é caracterizada por aferir a legalidade do procedimento decisório ao resultado eleitoral. Todavia:

A democracia deliberativa advoga que a legitimidade das decisões políticas advém de processos de discussão que, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem-comum, conferem um reordenamento na lógica de poder tradicional (LUCHMANN, 2010, p.2).

No contexto deste modelo de democracia, o espaço institucional entra em debate para proporcionar condições a fim de que o debate público seja “inclusivo, plural e igual, impactando as condições sociais subjacentes” (LUCHMANN, 2010, p.2). E ainda, permitindo que a ampliação do público deliberante não obstrua a canalização dos conflitos em direção ao interesse comum.

De acordo com Habermas (1997, p. 92):

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos.

Assim, pode-se dizer que a sociedade civil é assinalada como um âmbito relevante na construção da esfera pública democrática, uma vez que encontra-se ancorada no mundo da vida, e por conseguinte, apresenta maior aproximação com as dificuldades e exigências dos cidadãos comuns.

Contudo, a percepção de uma política deliberativa “é uma tentativa de formular uma teoria da democracia a partir de duas tradições teórico-políticas: a concepção de [...] soberania popular, com [...] interesses particulares, liberdades individuais” (LUBENOW, 2013, p. 233). Destarte, a democracia deliberativa pode ser idealizada, concomitantemente, como um equilíbrio e uma possível opção aos moldes liberal e republicano.

DEMOCRACIA AGONÍSTICA

Para a cientista política Chantal Mouffe (2005) a democracia deve ser reconhecida como elemento que assevera um ambiente de enfrentamentos e tumultos. Ainda assegura que isso ocorre em virtude da lógica natural do pluralismo de valores que se faz presente nas sociedades modernas.

Uma das preocupações de Mouffe, no âmbito de seus estudos sobre democracia, é entender que o poder se constitui através das relações sociais. Daí insurge a ideia de estabelecer formas de poder que sejam mais compatíveis com os valores democráticos.

Outro fator que não foge às preocupações de Mouffe é a distinção entre “político” e “política”, uma vez que se faz necessário a criação de um modelo democrático capaz de apreender a caráter do “político”. Mouffe (2005, p. 20) expõe:

Por “o político” refiro - me à dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, um antagonismo que pode tomar muitas formas e emergir em diferentes tipos de relações sociais. A “política”, por outro lado, indica o

conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflituais porque são sempre afetadas pela dimensão do “político”.

Segundo a autora, quando a dimensão do “político” é reconhecida e a “política” é compreendida como fator que serve para domesticar a oposição e, por conseguinte, busca refrear as potencialidades antagonistas existentes no seio das relações humanas será possível à formulação do que considera ser a questão essencial para a política democrática.

É neste campo que Mouffe formulou a compreensão de democracia agonística, em outros termos, a necessidade de uma participação popular cada vez mais efetiva na vida política. A democracia agonística é, então, um instrumento de ação contra as instabilidades do sistema político representativo.

DEMOCRACIA DIRETA

A democracia direta nasceu na Grécia, mais exatamente em Atenas, “onde o povo, reunido na ágora, para o exercício direto e imediato do poder político, transformava a praça pública ‘no grande recinto da nação’” (BONAVIDES, 2006, p. 288). Esta era a democracia dos antigos, na qual os cidadãos participavam diretamente nos negócios públicos. Na visão dos antigos, o espaço público referia-se ao ambiente exclusivo de tomada de decisões políticas por parte dos cidadãos (MONTEIRO, SOUSA & CRUZ, 2012).

Nesse modelo de democracia “o povo exprime a sua vontade exercendo ele próprio às funções do Estado. Quer dizer, tanto a legislação como as principais atribuições executivas e judiciárias são exercidas pelos cidadãos em assembleias populares ou primárias.” (SANTANA, 1995, p. 36).

Um dado relevante no contexto da democracia direta aponta Bonavides (2006), é fato de que este tipo de democracia só foi aceitável em virtude do regime escravista tomado à época. Esse fato consentia aos cidadãos dedicação exclusiva a república. Neste caso a inexistência de ordem econômica impedia o desvio do objetivo.

Todavia, convém esclarecer que a democracia da Grécia, de sua cidade - estado, ao Estado moderno diversos fatores contribuíram para que a democracia ganhasse novas abordagens que, para Menezes (2010) ora se aproximam, ora se afastam de seu modelo original. Não obstante, conforme Menezes (2010) *apud* Monteiro, Sousa e Cruz (2012, p. 79).

Uma das modificações mais destacáveis no diálogo entre antigos e modernos foi certamente a transferência do processo de participação direta dos cidadãos nos negócios públicos para um sistema centralizado de representação política. Na perspectiva dos antigos, a esfera pública dizia respeito ao lugar específico de tomada de decisões política por parte de seus cidadãos. No contexto do Estado moderno, a participação política é medida por um corpo independentemente de políticos profissionais com legitimidade para decidir em nome de seus cidadãos. Essa talvez seja a maior diferença entre a democracia antiga e a democracia moderna de nossos dias.

Do ponto de vista dos estudiosos modernos, não é mais a soberania popular o centro das discussões no contexto das formas democráticas de governo. É neste espaço que diversos autores da teoria democrática contemporânea ganham destaque com estudos voltados à temática.

O grande defensor da soberania popular e da vontade geral é o filósofo Jean Jacks Rousseau. Rousseau (1998, p. 114 -116) certifica que “a soberania não pode ser representada pela mesma razão que não pode ser alienada; consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade não se representa, ou é a mesma ou é outra, não existe meio termo”. Além disso, expõe que “no momento em que o povo nomeia representante, já não é um povo [...]”. Fica explícito que Rousseau vai contra a ideia de representação e protege a democracia direta como suporte da liberdade dos indivíduos.

A DEMOCRACIA INDIRETA OU REPRESENTATIVA

Pode-se dizer que democracia indireta ou representativa adveio da impossibilidade de adoção de métodos de informação e apreensão dos anseios dos cidadãos análoga àquela que se consagrou na cidade de Atenas. Bonavides (2006, p. 293) ponteia da seguinte forma o posicionamento ora exposto:

O Estado moderno já não é o Estado - cidade de outros tempos, mas o Estado - Nação, de larga base territorial, sob a égide de um princípio político severamente unificador, que risca sobre todas as instituições sociais o seu traço de visível supremacia.

Deste modo, a única saída possível para a conservação do poder consentido em um Estado moderno foi: um governo democrático de bases representativas. Manfredinni (2008, p.19) expõe que:

A democracia representativa sucede o próprio governo representativo que começou a surgir a partir das revoluções liberais ocorridas nos séculos XVII e XVIII (Revolução Inglesa, Independência dos Estados Unidos e Revolução Francesa), não somente para encontrar solução ao problema da causa demográfica, mas também para consolidar os interesses de uma nova camada social - a burguesia - que havia ascendido e clamava por um instrumento de aglutinação de seus interesses (defesa da propriedade privada, liberdade individual, dentre outros).

Conforme Bonavides (2003), tal fato implica dizer que o poder não é mais das pessoas como no Estado Absolutista, mas das leis, que são gerais e abstratas, ministrando ao aparato estatal seu caráter pessoal e longínquo.

Estudiosos como Robert Dahl, Joseph Schumpeter, Adam Przeworski, Guillermo O'Donnell, Norberto Bobbio, entre outros, procuram analisar as vias institucionais da questão democrática elencando elementos necessários que garantam a efetivação da democracia representativa em um país. Para estes, basta que ocorram: eleições competitivas, limpas e livres para os poderes Legislativo e Executivo, o direito de voto, que deve ser extensivo à maioria da população adulta, a proteção e garantia dos direitos civis, políticos e sociais dos indivíduos através de instituições sólidas, controle efetivo das instituições legais de segurança e repressão - Poder Judiciário, Forças Armadas e Forças Policiais, para que isto ocorra.

Os critérios supracitados são extremamente relevantes, porém outros fatores devem ser levados em consideração, visto que a democracia no mundo contemporâneo nos favorece imagens bem contrastantes.

Com efeito, para o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2006), por um lado, o aspecto da democracia representativa é considerado internacionalmente como único regime político legítimo. Por outro, evidenciamos sinais de que regimes democráticos vêm nas duas últimas décadas, traíndo as expectativas da maioria da população.

Contudo, consideramos importante discutir a visão minimalista de democracia arraigada aos estudos de Joseph Schumpeter e as influências de sua teoria para o surgimento de novos estudos no campo político. Há também a necessidade de discutirmos a proeminência da accountability para o bom funcionamento das instituições políticas.

A CONCEPÇÃO MINIMALISTA DE DEMOCRACIA

Schumpeter (1984) discorre sobre o fato de que é errôneo acreditar que a soberania popular pode ser entendida como “um posicionamento racional pela população ou por cada indivíduo acerca de uma determinada questão” (MONTEIRO; SOUSA & CRUZ, 2012, p.79).

A visão de democracia em Schumpeter é pautada na “concepção minimalista” de democracia. Schumpeter (1984) nos revela os elementos para o que, segundo ele, podemos considerar como sendo uma real democracia. Nesta perspectiva, a democracia deve, ou ao menos deveria ser apresentada como realmente é, visto que o autor procurou se pautar na verdadeira realidade da prática política expressa na sociedade.

O cerne da teoria schumpeteriana é o elemento competitivo entre atores políticos que desejam a todo custo obter o poder por meio da obtenção de votos suficientes para se elegerem. Neste sentido, não existe algo tido como um bem comum estabelecido entre as opiniões dos cidadãos (SCHUMPETER, *apud* NOBREGA JUNIOR, 2010). Ou seja, o que pode ser um bem para determinado grupo, pode não ser para outro. Além disso, o governante eleito muitas vezes usa de fatores não democráticos em suas tomadas de decisão e o povo aceita satisfatoriamente tal aspecto, e também, a vontade popular sempre aparece moldada pela reprodução midiática, não é pura.

Para Schumpeter (1984), os líderes escolhidos pelo povo deveriam ser altamente capacitados para o exercício da função a eles designada, deveriam emergir da elite política. Tais líderes, por conseguinte, buscam maximizar seus interesses para alcançarem seus objetivos, lutando também a todo custo para obtenção da maioria dos votos. Para Held (1987, p.151), de tal modo, por democracia Schumpeter queria:

[...] se referir a um método político, ou seja, uma estrutura institucional para chegar a decisões políticas (legislativas e administrativas) investindo certos indivíduos com poder de decidir sobre todas as questões como conseqüências de sua dedicação bem sucedida à obtenção do voto popular.

Destarte, Schumpeter pontua que a democracia clássica não passaria de uma utopia (NOBREGA JÚNIOR, 2009).

Mainwaring (2001), por sua vez, tece uma crítica à concepção schumpeteriana de democracia denominando-a de subminimalista e minimalista. O argumento para justificar a referida denominação seria de que o aspecto abordado por Schumpeter, de democracia apenas como mecanismo de escolha de governantes por meio do voto, não seria suficiente para julgar um regime político como democrático mesmo sendo, este elemento, não descartado, mas devendo-se acrescentar a efetivação de governos eleitos que realmente governem e onde os civis tenham jugo sob os militares.

Essa abordagem metodológica de democracia influenciou os estudos do cientista político Robert A. Dahl, considerado um dos mais importantes teóricos sobre democracia contemporânea, o qual assim como Schumpeter, empenhou-se em estudar a verdadeira face

dos regimes políticos fazendo uso de variáveis institucionais a fim de explicar o processo de democratização das sociedades contemporâneas denominando de Poliarquia os regimes políticos cuja democracia é incompleta, mas que se encontram inclusivos e abrem espaços aos processos de contestação pública (DAHL, 2005). Em seu livro intitulado *Análise Política Moderna*, escrito em 1996, conceituou a democracia como sendo “o sistema político em que a oportunidade de participação e de decisão é amplamente partilhada por todos os cidadãos” Dahl (1966, p. 22).

Ao elaborar sua análise sobre os regimes políticos Dahl acredita que a prestação de contas do governo para com os indivíduos, segundo o mesmo, considerados como politicamente iguais é um elemento indispensável à democracia. Este elemento pode então ser traduzido como o que chamamos de *Accountability*.

2.6 A IMPORTÂNCIA DA ACCOUNTABILITY NA ESFERA DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

A discussão da teoria democrática permeia todos os espaços da Ciência Política, visto que se pauta em volta do significado da própria política e da participação popular.

Um país cujas instituições não são responsivas perde sua credibilidade para com seus cidadãos, ao passo que seu sistema político jamais se consolidará como verdadeiramente democrático, perdendo assim, sua identidade e abrindo caminhos para o descontentamento, formação de tiranias, oligarquias e outros diversos males que se perpetuarão abrindo espaços para mazelas sociais, políticas, econômicas e culturais difíceis de serem controladas. Quanto mais enfraquecidas forem estas instituições menos serão capazes de evidenciar um projeto político para o desenvolvimento benéfico de uma nação.

No debate travado no âmbito das instituições democráticas encontra-se a crescente necessidade da implantação de *accountability*, ou seja, de mecanismos de responsabilização tanto por parte dos atores políticos em relação aos seus atos mediante as ações que desempenham, quanto por parte da população. O termo pode ser dividido em duas concepções, uma vertical e uma horizontal.

A primeira diz respeito à prestação de contas que se estabelece por meio dos mecanismos eleitorais e das reivindicações. A segunda compreende uma dimensão que se estende ao controle que os poderes estabelecidos exercem uns sobre os outros (O'DONNELL, 2000).

É importante ressaltar que o termo *accountability* é muito abrangente e por isso perpassa o processo de prestação de contas pelos gestores em relação ao bem público, de

modo que constitui-se como atributo da sociedade civil, como forma de fiscalizar, através dos mecanismos de participação popular, independente dos poderes públicos não se restringindo apenas aos períodos eleitorais, mas ao longo do mandato de seus representantes políticos.

Desta fora, a democracia moderna parece está diante de grandes desafios para conseguir se consolidar e tal fato não vai depender simplesmente dos mecanismos da accountability, mas, sobretudo do bom funcionamento dos mesmos por meio da efetiva participação das classes sociais no âmbito da política. Em países como o Brasil, por exemplo, encontramos graves problemas em nossas instituições políticas e a falta de accountability se constitui como um dos fatores determinantes neste contexto, embaçando conseqüentemente o processo democrático.

2.7 A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

No dia a dia, nos deparamos com uma variedade de informações. As novas questões e os eventos que surgem no universo social a cada passo exigem por nos afetarem de algum modo, que procuremos compreendê-los, tornando-os mais próximos das coisas que já conhecemos, usando palavras que fazem parte de nosso repertório. Nas conversações diárias, em casa, no trabalho, com os amigos, somos convidados a nos despontar sobre eles procurando esclarecimentos, fazendo julgamentos e tomando posições.

Entende-se que toda representação social, é a representação de um objeto e de um sujeito (REIS & BELLINI, 2011). Trabalha-se com o saber que é construído no seio das relações dos indivíduos com seu espaço.

Foi a partir dos anos 60 que o interesse pelos fenômenos do mundo simbólico teve crescimento e, por conseguinte, as explicações para os mesmos. Tais explicações recorrem ao conhecimento de consciência e do imaginário dos indivíduos. Arruda (2002, p. 128) pontua que:

As noções de representação e memória social também fazem parte dessas tentativas de explicação e irão receber mais atenção a partir dos anos 80. Como vários outros conceitos que surgem numa área e ganham uma teoria em outra, embora oriundos da sociologia de Durkheim, é na psicologia social que a representação social ganha uma teorização, desenvolvida por Serge Moscovici.

O termo Representação Social foi aberto por Serge Moscovici (1961). Moscovici elaborou duas grandes obras para, então, encontrar uma definição para o referido termo: a obra *La Psychanalyse: son image et son public*, de 1961 e a apresentação da teoria no livro *Social Cognition*, de 1984 (REIS & BELLINI, 2011).

A teoria das Representações Sociais é uma teoria sobre a construção de saberes social. Este ‘saber’, é entendido como qualquer saber, no entanto a teoria está, sobretudo, apontada aos saberes que se constroem no dia-a-dia, e que fazem parte do mundo vivido.

Ao serem elaboradas, as representações sociais são compartilhadas pelos indivíduos, influenciando-as (MOSCOVICI, 2004). E por que elaboramos estas representações?

Estas representações são elaboradas com o objetivo de tornar as coisas familiares. Aqui está um universo consensual, um universo que não há conflito, onde as pessoas querem permanecer. Neste universo não existe certo ou errado, mas um mundo de significados para diversos fenômenos. É diferente do universo não consensual, no qual o não familiar, o científico, é incômodo e ameaça as crenças, a simbologia elaborada no universo familiar.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO:

Considerando o contexto deste problema de pesquisa com suas indagações norteadoras e os seus objetivos, a proposta metodológica se alicerça numa perspectiva qualitativa com técnica de Análise de Discurso do Sujeito Coletivo de Lefèvre e lefévre (2003), de modo que para compreender a percepção de democracia dos alunos do Ensino Médio pressupõe-se uma investigação que construa sentido aquilo que era (des) conhecido cientificamente, produzindo conhecimento e uma análise crítica acerca da realidade pesquisada. A esse respeito Chizzotti (2008, p. 28 - 29) argumenta que:

O termo qualitativo implica uma partilha densa de pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. Após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes e ocultos do seu objeto de pesquisa.

Para a realização da pesquisa, inicialmente nos detemos às fontes secundárias, realizando levantamento bibliográfico. Os dados primários foram coletados através de pesquisa de campo obtidos com a realização de entrevistas semiestruturadas com a professora de Sociologia e com alunos do Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Senador José Gaudêncio.

A entrevista semiestruturada é feita a partir de um roteiro norteador, no entanto esse direcionamento não estabelece regras fixas no processo investigativo, é caracterizado exatamente pela abertura para obter novas informações que podem surgir no decorrer da pesquisa de campo. Neste sentido, André e Ludke (1986, p.33 - 34) afirmam que:

A grande vantagem desse tipo de entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informação e sobre os mais variados tópicos. A entrevista permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas.

Por fim, foram feitas as transcrições das entrevistas e as informações coletadas foram organizadas em categorias específicas, relacionando o campo teórico adotado como a análise dos dados coletados.

3.2 LOCAL DE ESTUDO:

O trabalho foi realizado na Escola Senador José Gaudêncio, situada a Rua Boaventura Cavalcante, 79 - Centro, Serra Branca - PB, 58580-000.

3.3 POPULAÇÃO OU AMOSTRA:

Preliminarmente definimos um número de vinte e cinco (25) pessoas a serem entrevistadas, a professor de Sociologia e vinte e quatro alunos (24), doze meninos e doze meninas, escolhidos aleatoriamente entre as turmas de 1º 2º e 3º Ano, com vista à descrição crítica e reflexiva do nosso objeto de estudo.

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS:

O instrumento de coleta de dados consiste em entrevista semiestruturada composta por:

3.5 COLETA DE DADOS:

Para a coleta foi utilizado um roteiro de entrevista (apêndice B) com os alunos, mediante a aceitação expressa no termo de consentimento livre e esclarecida, também em apêndice.

As entrevistas foram realizadas pelo próprio pesquisador junto à amostra.

3.6 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS:

O processo de coleta de dados ocorreu da seguinte forma:

1. Inicialmente o pesquisador responsável realizou a leitura das questões que compõem o roteiro da entrevista. O mesmo também conversou com a “população” escolhida sobre os fins aos quais se destinam a pesquisa.
2. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi entregue e assinado previamente pelos alunos participantes da pesquisa.
3. A realização das entrevistas ocorreu de forma individual em local mais adequado para os entrevistados.

3.7 TRATAMENTO DOS DADOS:

Nesta fase a pesquisa seguiu as etapas propostas de Análise de Discurso do Sujeito Coletivo proposta por Lefèvre & Lefèvre (2003), detalhadamente:

Organização do material coletado, listagem e leitura dos dados;

1. Releitura dos textos e identificação dos temas, pertinentes às questões correspondentes;
2. Em seguida, agrupar os dados segundo os elementos significativos (temas) que se somam ou se confirmam num mesmo plano de significado;
3. Decomposição e organização em blocos de significados para permitir a construção das categorias de análise. Em todo o processo de análise e discussão, o material foi relacionado à literatura pertinente para respaldar a discussão.

Para Lefèvre & Lefèvre, o conceito de discurso do sujeito coletivo abarca a proposta de aparelhar e tabular de dados qualitativos de caráter verbal. Conforme Lefèvre & Lefèvre (2003, p. 25) a análise de discurso do sujeito coletivo sobrevém:

Numa forma não matemática nem metalinguística de representar (e de produzir), de modo rigoroso, o pensamento de uma coletividade, o que se faz mediante uma série de operações sobre os depoimentos, que culmina em discursos-síntese que reúnem respostas de diferentes indivíduos, com conteúdos discursivos de sentido semelhante.

3.8 PROCEDIMENTO ÉTICO DA PESQUISA:

Foram observadas as normas éticas determinadas na resolução 196/96 do conselho nacional de saúde, na perspectiva de garantir o anonimato dos participantes, assim como a sua autonomia no que se refere no consentimento livre e esclarecido e respeito à vida, objetivando o exercício pleno da autonomia. (BRASIL, 1996).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Enquanto respostas aos objetivos expostos neste trabalho, foram abordadas quatro ideias centrais a partir dos discursos dos entrevistados: A democracia é uma forma de governo do povo (**IDEIA CENTRAL I**); Um governo democrático é aquele que “oferece” voz ao povo (**IDEIA CENTRAL II**); A democracia está ligada unicamente ao exercício do voto (**IDEIA CENTRAL III**); Temas relacionados à política: democracia, poder, Estado, eleições, formas de governo, etc., não são trabalhados de maneira suficiente na disciplina de Sociologia (**IDEIA CENTRAL IV**).

Conforme a fala dos alunos entrevistados a democracia é “melhor” conceituada, para nosso entendimento, como ilustrado nas falas que se encontram em destaque. De modo que, quando indagados sobre: **O que você entende por democracia?** Têm-se as seguintes respostas:

É um regime de governo em que o poder toma importantes decisões políticas que está com o cidadão. (Aluna do 3º ano).

Pra mim democracia é uma forma de governo que o poder está nas mãos do povo. (Aluna do 3º ano).

Democracia pra mim é uma politica voltada para o povo. Onde o povo tem sua vez. É, tomada de liberdades com regras. (Aluno do 2º ano).

É uma forma de governo que é feita do povo para o povo. Que em sim, muitas vezes eles escolhem os governadores e escolhem o que querem. (Aluna do 2º ano)

Eu acho que é um tipo de governo popular onde as pessoas podem expressar o que você pensa. Suas atitudes e suas opiniões. (Aluna do 1º ano).

Inicialmente, observa-se que o conceito de democracia encontra-se relativamente atrelado à própria etimologia da palavra formada pela junção dos termos gregos demos (povo) e kratós (poder, governo), significando, portanto, poder e/ou governo do povo. De fato, as falas revelam que a democracia é uma forma de governo no qual a tomada de decisões contesta à vontade geral. Assim, confiando o governo ao povo as falas supracitadas elaboram um conceito de democracia, sobre o qual podemos nos remeter a ideia rousseauiana de soberania popular.

Na Análise de Discurso do Sujeito Coletivo proposta por Lefèvre & Lefèvre (2003), técnica na qual podemos construir categorias de análise por meio do discurso dos pesquisados percebe-se que o discurso dos mesmos nem sempre se apresenta literalmente da maneira que estes o anunciaram, mas na maioria das vezes nos permite vislumbrar a decorrência dos conceitos dos entrevistados em relação a determinado fenômeno. Assim, conforme a organização das falas dos alunos foi possível extrair Expressões Chave (**ECH**) - fragmentos de palavras contidas nos discursos, que permitem a formulação de Ideias Centrais (**IDS**) para que assim seja possível chegar à elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo (**DSC**) propriamente dito.

Na ressalva dos discursos principais expostos anteriormente, sobre a definição de democracia, chegou-se à **Ideia Central I** e a primeira formulação de Discurso do Sujeito Coletivo:

IDEIA CENTRAL I
A democracia é uma forma de governo do povo.
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO I
<p><i>A democracia é um tipo de governo voltado para o povo. Neste governo o povo tem o poder de tomar importantes decisões em suas mãos.</i></p> <p><i>É um governo, no qual as pessoas podem expressar suas opiniões seguindo as regras. É um tipo de governo popular onde as pessoas podem expressar o que pensa. Neste governo se age de forma correta, uma vez que a vontade do povo é seguida.</i></p> <p><i>Aqui o povo pode colocar suas vontades em prática buscando o bem comum.</i></p>

Quadro 1. A democracia é uma forma de governo do povo. Sumé: UFCG, 2014.

A ideia de bem comum não fica ausente no Discurso do Sujeito Coletivo I. Esta ideia foi bastante fortalecida no Estado nascente, pois com as rupturas burguesas do século XVII “refletia as ideias e perspectivas do liberalismo político e econômico” (NÓBREGA JÚNIOR, 2009, p. 15). O que o Discurso não revela é o que seria exatamente este bem comum, se é algo tido como universal, algo compartilhado por todos os cidadãos.

Para Schumpeter (1984), o conceito de bem comum não é bem esclarecido.

Schumpeter (1984, p. 314) pontua que:

Não existe algo que seja um bem comum unicamente determinado, sobre o qual todas as pessoas concordem ou sejam levadas a concordar através de argumentos racionais [...] para diferentes indivíduos e grupos, bem comum está fadado a significar diferentes coisas.

No intento de aprofundar o conceito então elaborado indagou-se sobre o que seria um governo democrático, ou seja, a população investigada foi levada, mais uma vez, a refletir sobre democracia e seu respectivo conceito. Todavia, as falas mais uma vez fazem referência a um tipo de governo que se dilata à vontade popular, oferecendo espaço à população para participar amplamente do governo por meio de tomada de decisões. As principais falas expressam que um governo democrático é:

Eu acho que um governo é democrático quando deixa o povo escolher o que quer. Não toma decisões sozinho. (Aluno do 3º Ano).

É um governo que pensa diretamente na população. Que deixa a população falar, fazer escolhas. (Aluno do 1º Ano).

Acho que os democráticos é que o cidadão tem o direito de opinar diretamente para ter melhorias no seu Estado, país e município. O povo tem o direito de agir, de colocar suas vontades em prática. (Aluno do 2º Ano).

Nos governos democráticos os cidadãos participam mais, escolhem e tal porque o governo permite isso, o governo dá voz ao povo. A população tem mais espaço para falar. Esse governo mostra curiosidade em saber o que a população quer de verdade. (Aluno do 3º Ano).

No governo democrático as pessoas participam mais do estilo de governo, de seus projetos, de seus planos. (Aluna do 1º Ano).

Estas falas, trabalhadas na Análise de Discurso do Sujeito Coletivo, permitiram a elaboração da **Ideia Central II**: Um governo democrático é aquele que “oferece” voz ao povo. Esta ideia consentiu a construção do **Discurso do Sujeito Coletivo II**:

IDEIA CENTRAL II
Um governo democrático é aquele que “oferece” voz ao povo.
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO II
<p><i>É um tipo de governo que busca melhorias e oferece espaço à opinião do povo, que por sua vez, tem direito de escolha, podendo assim, opinar para ter melhorias no seu Estado, país e município.</i></p> <p><i>Um governo democrático é um governo, no qual os governantes pensam diretamente na população. Este governo busca mudanças em suas leis e também em suas formas de agir, dando mais chance ao povo de tá tomando decisões.</i></p> <p><i>A curiosidade é um fator que leva o governo às ruas para pedir “informação” ao povo, pedir que este exponha suas vontades. Assim, as pessoas participam mais do governo, de seus projetos, de seus planos.</i></p>

Quadro 2. Um governo democrático é aquele que “oferece” voz ao povo. Sumé: UFCG, 2014.

O **Discurso do Sujeito Coletivo II** deixa explícito que o governo deve buscar o aprimoramento de suas leis e formas de agir levando em consideração a participação popular. O que não aparece nas falas é o fato de que ao falarmos em participação popular na política, devemos advertir que este tipo de participação não ocorre eventualidade nem tão pouco de qualquer jeito, sem regras (RIBEIRO, 2008).

Esta participação encontra-se atrelada ao princípio da igualdade perante a lei e, no âmbito dos assuntos políticos, deve ocorrer por meio do voto, dos fóruns de discussão, de reuniões, protestos, orçamento participativo e ainda por meio de compressões por interesses privados. Para Diaz Bordevane (2013, p.23).

A prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte. Possivelmente, a insatisfação com a democracia representativa que se nota nos últimos tempos em alguns países se deva ao fato de os cidadãos desejarem cada vez mais “tomar parte” no constante processo de tomada nacional de decisões e não somente nas eleições periódicas.

Caberia aqui refletir a democracia participativa como um tipo de governo, no qual o sentimento de “fazer parte” de uma nação gere no indivíduo o pensamento de “ter parte” real

na condução desta nação. Esta participação seria então organizada em favor de uma sociedade política da qual seus integrantes sintam-se parte.

De acordo com os **Discursos do Sujeito Coletivo I e II**, a democracia encontra-se baseada no poder do povo, na vontade geral. Entretanto, é vista de forma oponente a tais discursos quando formulada a **Ideia Central III**: A democracia está ligada unicamente ao exercício do voto, juntamente com o **Discurso do Sujeito Coletivo III**.

IDEIA CENTRAL III
A democracia está ligada unicamente ao exercício do voto.
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO III
<i>A democracia está ligada somente ao voto, ao direito de votar. É por meio do voto que expressamos nossa liberdade. Mas na política, os governantes não pensam assim, eles só querem o voto do povo para chegar ao poder. Então, não é errado dizer que o povo só é lembrado na hora de votar e depois é esquecido pelo governo, que nem sempre ou nunca cumpre o que promete.</i>

Quadro 3. A democracia está ligada unicamente ao exercício do voto. Sumé: UFCG, 2014.

Ora, se a democracia era até então entendida como uma forma de governo do povo e para o povo, no qual este tem o direito de livre participação é contrastante um discurso no qual a democracia esteja ligada unicamente ao exercício do voto. Se no **Discurso do Sujeito Coletivo II** o governo pensa diretamente na população e pede a opinião popular, o povo não deveria ser lembrado apenas na hora de votar e depois esquecido.

No **Discurso do Sujeito Coletivo III**, a democracia aparece então, sobre o prisma de um raciocínio digamos mais realista da vida e prática política. Isso deixa em evidência o método de análise de democracia elaborado por Schumpeter, no qual, o cerne da democracia está no componente competitivo. Destarte, a vida política é de luta entre os líderes rivais - aparelhados em partidos - lutando pelos votos dos indivíduos eleitores. O fato difere

significativamente da análise da teoria democrática clássica na qual a democracia se constitui enquanto: "(...) arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo" (SCHUMPETER, 1984, p.313).

Com este Discurso, ocorre também uma mudança na forma de participação popular. Neste Discurso, a participação está restrita ao exercício do voto. Aqui, o governo não abre mais espaço para opinião pública de modo que o povo fica numa situação de marginalidade, ou seja, fica às margens de um processo sem nele interferir (DIAZ BORDENAVE, 2013).

A Ideia Central IV: Temas relacionados à política: democracia, poder, Estado, eleições, formas de governo, não são trabalhados de maneira suficiente na disciplina de Sociologia e o **Discurso do Sujeito Coletivo IV** nos permitem lançar hipóteses sobre a formulação das **Ideias Centrais e Discursos do Sujeito Coletivos** expostos anteriormente. Se, de acordo, com as falas dos próprios entrevistados e de acordo com a formulação da **Ideia Central IV do Discurso do Sujeito Coletivo IV** exposto respectivamente abaixo, as falas dos entrevistados revelam que não só a democracia, mas outros temas relacionados à mesma são raramente trabalhados nas aulas de Sociologia e quando o são é de maneira insuficiente.

As falas dos pesquisados revelam que:

Bem, esses temas quase não são trabalhados em Sociologia. Se fossem trabalhados a gente teria uma melhor compreensão e debateria melhor esses temas (Aluno do 3º Ano).

Esses conteúdos até que são apresentados, mas nada é colocado em prática. Não se tem uma contextualização deles não. A democracia mesmo é pouco estudada na disciplina Sociologia, se ela fosse bem estudada a gente entenderia melhor, ela e a sociedade política. (Aluna do 2º Ano).

A gente ver por cima essas coisas. A professora, uma vez pediu para fazer resenhas críticas sobre “O príncipe”, de Maquiavel. Isso até que deu uma visão, mas não foi suficiente não. É tudo visto de forma muito rasa (Aluna do 3º Ano).

IDEIA CENTRAL IV
Temas relacionados à política: democracia, poder, Estado, eleições, formas de governo, não são trabalhados de maneira suficiente na disciplina de Sociologia.
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO IV
<i>Estes temas não são abordados de maneira suficiente na disciplina de Sociologia, aliás, raramente se tem aula sobre eles. Se fossem mais abordados haveria mais facilidade em debater sobre os mesmos e não havendo tantas dificuldades em relação a este fator. Os conteúdos são debatidos, mas não colocados em prática, não são contextualizados. Sobre a democracia, por exemplo, não se aprende muita coisa sobre a mesma. A democracia é pouco estudada na disciplina de Sociologia, mas se este tema fosse bem apresentado e debatido seria relevante para um melhor entendimento da sociedade política. Nas aulas de Sociologia têm-se atividades sobre o Estado. A professora, certa vez, pediu a construção de resenhas críticas, mas só foi pedido sobre o livro O Príncipe, de Maquiavel. Isso até dá algumas noções, mas não é o suficiente para debater sobre os assuntos citados, porque as coisas são vistas de forma muito rasa. É preciso entender mais sobre estes assuntos. Saber através de discussões com os alunos identificar o que é democracia e principalmente o porquê e a importância do exercício da mesma no âmbito político, além disso, é preciso que se fale mais, se discuta sobre o exercício do voto.</i>

Quadro 4. Temas relacionados à política: democracia, poder, Estado, eleições, formas de governo, etc., não são trabalhados de maneira suficiente na disciplina de Sociologia. Sumé: UFCG, 2014.

Ora, se adotarmos por base o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) o qual determina que ao final do ensino médio o aluno deve ter comando sobre os conteúdos de Filosofia e Sociologia indispensáveis ao exercício de sua cidadania, já encontramos aqui um *calcanhar de Aquiles* quanto à didática do responsável por ministrar aulas de Sociologia, visto que se a democracia e demais conteúdos a ela relacionados não são estudados e/ou estudados de maneira impropria, ao menos sem uma contextualização mínima, os alunos vítimas desta didática terão um déficit de conhecimento que os impossibilitará de exercer a cidadania de forma eficaz. Ademais, a boa escolha de temas somada as metodologias adequadas de ensino é, diga-se de passagem, condição *sine qua non* para o aprendizado adequado de qualquer aluno.

Diante das representações sociais sobre democracia demonstradas pela Análise de Discurso do Sujeito Coletivo, constatou-se ser de relevância para este trabalho a realização de entrevista com a professora de Sociologia da Escola Senador José Gaudêncio. Por meio da

entrevista pôde-se conhecer o perfil desta profissional, bem como as práticas pedagógicas utilizadas por esta em suas aulas de Sociologia.

A professora é licenciada e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais também pela UFCG. Começou a lecionar aulas de Sociologia em maio do ano de 2009 (dois mil e nove). Sobre os desafios enfrentados no início da carreira docente ela relata que:

O maior desafio que enfrentei no início do meu trabalho docente foi o de não ter sido preparada, durante o meu curso de Licenciatura em Ciências Sociais, para ensinar Sociologia. Eu fui preparada para ser Cientista Social. Trabalhar com pesquisas. Esse fato fez com que eu não tivesse um contato aprofundado com a prática docente. Isso foi muito difícil mesmo e me prejudicou por um tempo (Professora de Sociologia da escola Senador José Gaudêncio).

A fala da professora põe mais uma vez em cena a negligência em relação à história do ensino de Sociologia no nível médio de ensino. Para Figueiroa (2013, p. 169):

Os cursos de Ciências Sociais são talvez menos interessados pela formação docente, ou do professor de Sociologia, do que com a do sociólogo propriamente dito. Infelizmente a fusão destes dois ofícios é pouco tratada ou pensada a despeito dos benefícios óbvios que a ampliação das perspectivas trazidas por estes dois labores ao profissional da Educação.

Estes fatores revelam o desinteresse pela formação do professor. No entanto, vale ressaltar que há um crescente processo de atividades postas em prática com vistas a valorização do professor e da própria Sociologia, a exemplo de diversos eventos acadêmicos realizados em âmbito nacional e estadual. Ademais existem as disciplinas de Laboratório de Pesquisa e Prática Pedagógica em Ciências Sociais, inseridas na grade curricular de alguns cursos de licenciatura em Ciências Sociais.

Outro ponto que não pode ser deixado às margens desta discursão é a criação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID. O PIBID é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e tem como um de seus objetivos contribuir para melhor formação de professores em nível superior e melhoria da educação básica brasileira.

Atualmente a professora de Sociologia, ora entrevistada, é supervisora do subprojeto do PIBID/Sociologia: “Trilhas, saberes e lugares da docência” na escola Senador José Gaudêncio. O projeto atua nesta instituição de ensino desde 2010 (dois mil e dez) e conta com dez bolsistas, os quais desenvolvem atividades com os conteúdos de Sociologia e trabalham

no aprimoramento e criação de novas práticas pedagógicas para o ensino de tal disciplina. Com relação ao PIBID a professora ressalta que:

A experiência que venho adquirindo no PIBID contribui muito para melhoria de minhas metodologias de ensino e também para meu próprio reconhecimento enquanto professora. Hoje, os meus planejamentos de curso e elaboração de aulas são bem melhores que antes. Os trabalhos realizados pelos bolsistas do PIBID contribuem significativamente para valorização da disciplina de Sociologia e ao passo que trazem inovações para sala de aula também contribuem para aperfeiçoamento de minhas práticas. O projeto, enfim, está sendo capaz de sanar as dificuldades que enfrento e, além disso, me ajuda a ser professora (Professora de Sociologia da escola Senador José Gaudêncio).

Um problema que afeta não só as atividades desenvolvidas no âmbito do PIBID, mas também o bom desenvolvimento das aulas de Sociologia é o fato de:

Os meninos o tempo todo não são instigados a ter um senso crítico, eles são apenas induzidos a repetir o que o livro didático apresenta. Então, fica difícil. O aluno não é motivado a questionar, a opinar, a duvidar ou não (Professora de Sociologia da escola Senador José Gaudêncio).

Bem, se o aluno não é instigado a ter um senso crítico e são induzidos a repetir o que é apresentado nos livros didáticos, têm-se um grave problema de cunho metodológico. Mas isso não é novidade quando levados em consideração fatores como: superlotação em salas de aula, desvalorização do professor e estrutura física escolar em precárias condições como é o caso da educação pública brasileira (LIMA e VASCONSELOS, 2006). Estas questões colocam o professor diante da obrigação de procurar sanar o problema da falta de interesse da classe docente.

Para Lima e Vasconcelos (2006), ao trabalharem os conteúdos de suas aulas e se depararem com os fatores supracitados, o professor pode tornar-se dependente do uso exclusivo do livro didático. Krasilchik (2004, p. 184), ostenta uma postura crítica diante deste contexto:

O docente, por falta de autoconfiança, de preparo, ou por comodismo, restringe - se a apresentar aos alunos, com o mínimo de modificações, o material previamente elaborado por autores que são aceitos como autoridades. Apoiado em material planejado por outros e produzido industrialmente, o professor abre mão de sua autonomia e liberdade, tornando-se simplesmente um técnico.

Neste sentido é evidenciado que o professor não pode deixar que o comodismo assuma o rumo de suas práticas docentes. Ele, na qualidade de profissional, deve preocupar-se com a formação de seus alunos e usar de sua autonomia e liberdade par confecção de um material de apoio de qualidade para suas aulas.

No caso da Sociologia, as Orientações Curriculares Nacionais para o ensino de Sociologia, trazem um leque de opções possíveis ao favorecimento de uma melhor apreensão do conhecimento por parte dos alunos. Estas opções vão desde um pequeno vídeo para exploração de certo conteúdo a viagens turísticas. Isso pode impedir que o professor se acomode no livro didático e também impedi-lo de fazer a transposição dos conteúdos vistos na Universidade para o Ensino Médio.

Sobre isto a docente entrevistada afirma não seguir tudo o que é proposto pelas OCN's, porém, consegue colocar em prática as exigências principais, fazendo o uso de conteúdos que permitem ao aluno adquirir um olhar crítico tornando-se um cidadão capaz de exercer sua cidadania.

Quando questionada sobre a forma como trabalha o tema democracia, a professora relata que:

Não cito autores nas minhas aulas sobre democracia, até porque como as aulas são de 45 minutos não dá tempo de você tá citando autores. Eu deixo muito aberto para que eles façam a pesquisa. O Objetivo de a gente trabalhar democracia na sala de aula é só despertar o interesse deles. Se despertar a curiosidade depois a gente faz aprofundamento. Dou aula sobre democracia, mas não cito um autor "chave". Deixo "aberto" para que eles pesquisem depois (Professora de Sociologia da escola Senador José Gaudêncio).

O livro utilizado pela professora é o mesmo livro analisado neste trabalho, Sociologia para o Ensino Médio, do autor Nelson Dácio Tomazi, o qual no capítulo do livro que versa sobre democracia, cita grandes autores da teoria democrática contemporânea, mas estes autores não são sequer mencionados. De fato, se nem estes e nem outros são citados e se o destino das próximas aulas fica na dependência do querer dos alunos correr-se-á o risco de os temas, conteúdos e teorias da Sociologia transformarem - se, futuramente, em "conversa de botequim".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou realizar um estudo das percepções e representações sociais de alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Senador José Gaudêncio em Serra Branca - PB. Vale lembrar ainda, que o elemento impulsionador da realização deste trabalho foi, antes de tudo, o retorno da Sociologia aos currículos escolares. Este fato propõe avaliações em torno da formação do professor de Sociologia frente às dificuldades advindas com a negligência em torno desta disciplina de caráter crítico e inovador. Manifesta, ainda, a necessidade de análise do material didático utilizado nas salas de aula, a fim de se estudar a forma de como os conceitos, conteúdos e temas sociológicos são apresentados e conseqüentemente sugere avaliações da metodologia utilizada para trabalhar os mesmos. Estes elementos também nortearam o desenvolvimento desta pesquisa.

Destarte, fez-se uma abordagem sobre o conceito de democracia e de algumas de suas percepções: direta, indireta ou representativa, deliberativa, participativa e agonística. Ademais trabalhou-se a visão minimalista de democracia elaborada por Joseph Schumpeter e a importância da accountability neste contexto. Frente a estas questões também discorreu-se sobre a volta da Sociologia à escola, a forma como é trabalhado o tema democracia no livro Sociologia para o Ensino Médio - livro utilizado em sala de aula pelos pesquisados - a formação do profissional docente da referida disciplina, bem como o perfil da professora da escola Senador José Gaudêncio e sua prática pedagógica.

A partir da Análise de Discurso do Sujeito Coletivo elaborada por Lefèvre & Lefèvre (2003) - técnica utilizada para tratamento dos dados coletados nas entrevistas - percebeu-se que a democracia é entendida como governo do povo e para o povo, ou seja, é percebida ainda sobre o imaginário da teoria clássica, na qual impera a soberania e a vontade popular. No entanto, apesar de os alunos apresentarem tal percepção, a democracia se encontra também limitada ao exercício do voto. Todavia, apesar de as falas dos alunos revelarem que os governos democráticos estão abertos à participação popular, esta participação não está imune a restrições. Daí recorre que os alunos parecem confusos quanto ao próprio conceito de participação.

Levando estas questões em consideração fez entrevista com a professora de Sociologia dos alunos pesquisados. As falas da docente demonstraram, em certos momentos, dificuldade em lidar com os conteúdos da Sociologia e com a metodologia para trabalhar os mesmos. Salienta-se que a professora é licenciada, bacharel e mestranda em Ciências Sociais, além disso, há quase cinco anos atua lecionando aulas de Sociologia e tem o Programa Institucional

de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID como ferramenta para ajudá-la na superação de suas dificuldades.

Com isso, pode-se levantar a hipótese de que a forma como a professora trabalha os conteúdos de Sociologia, em especial, a democracia é ineficaz quando se trata do aprofundamento das percepções que seus alunos têm sobre este e outros temas. Sem práticas pedagógicas adequadas, sem contextualizar o conhecimento, os alunos vítimas desta didática terão um déficit de conhecimento que os impossibilitará de exercer a cidadania de forma eficaz. Deve-se também observar que, em muitos casos, os alunos não demonstram interesse em discutir determinados assuntos e a os temas sociológicos não estão fora deste contexto.

Viu-se que o livro didático não pode ser o único material a ser utilizado pelo professor em sala de aula, este é, antes de tudo, material que deve servir de orientação. Seus temas são passíveis de aprofundamento e de discussões contextualizadas. O professor precisa afastar-se do comodismo, entender que a educação carece de tentativas em prol de sua melhoria.

A discussão sobre a democracia, assim como outros temas não menos importantes, é fundamental para um melhor entendimento da sociedade política na qual estamos inseridos. Democracia também é tema a ser trabalhado na escola, é tema que deve ser trabalhado nas aulas de Sociologia porque também é contribuinte para o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli; LUDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.
- ARROYO, Miguel G. **Educação do Campo: Movimentos Sociais e Formação Docente**. In: MARCO SOCIAL EDUCAÇÃO DO CAMPO. Rio de Janeiro: Instituto Souza e Cruz, v.12, n. 01, p. 12-15, julho de 2010.
- ARRUDA, Ângela. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. Cadernos de Pesquisa, Rio de Janeiro, nov. 2002, nº 117, p. 127-147.
- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Globo, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. *O futuro da democracia. Visão. Paço de Arcos: Edimpresa, 31 ago. 2006. Disponível em: www.ces.ucp.pt/opinião/bss/164.php. Acesso em 15 jan. 2014.*
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. 3º. ed. Brasiliense, 1990.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2004.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DAHL, Robert A. **Análise política moderna**. Rio de Janeiro: UNB, 1996.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Universidade de Brasília, 2001.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- FIGUEIROA, Natália Lima. Sobre tornar-se docente: uma trajetória perpassada pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. In: RAMALHO, José Rodorval; ALMEIDA E SOUSA, Rozenval de. (Org). **Pibid: memórias de iniciação à docência**. Campina Grande: Editora Universidade Federal de Campina Grande, 2013.

- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. UNESP, 1999.
- GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- HABERMAS, Jurgen. **Direito a democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro v. 2, 1997.
- HELD, D. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1995.
- KRASILCHIK, M. **Prática de ensino de biologia**. 4ª. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2004.
- LAJOLO, M. (org.). **Livro didático: um (quase) manual de usuário**. Brasília: Em Aberto, v. 16, n 69, jan./mar. 1996.
- LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C; TEIXEIRA, J. J. V. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.
- LEFÈVRE F; LEFÈVRE A. M. C. **O Discurso do Sujeito Coletivo. Um novo enfoque em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.
- LIMA, Kênio Erithon Cavalcante; VASCONSELOS, Simão Dias. **Análise da metodologia de ensino de ciências nas escolas da rede municipal de Recife**. Pesquisa em Síntese, Rio de Janeiro, jul./set 2006, nº 52, p. 397-412.
- LUBENOW, J. A. **A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas**. Campinas: UEC, 2007. 257 p. Tese (Doutorado) - Unicamp, Campinas. 2007.
- LUCHMANN Hahn; Lígia LÍGIA Helena. **A Democracia Deliberativa: Sociedade civil, esfera pública e institucionalidade**. Cadernos de pesquisa, Santa Catarina: nº 33, novembro 2002.
- MAINWARING, Scott et al. (2001) **“Classificando Regimes Políticos na América Latina: 1945-1999”**. Dados v. 44, nº 4. Rio de Janeiro. 2001.
- MANFREDINI, Karla Marcon: **Democracia representativa brasileira: o voto distrital puro em questão**. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- MONTEIRO, José Marciano; SOUSA, Hélia Maria de; CRUZ, Vanessa Cristina de Araújo. **Conselhos de direitos e direitos nos conselhos: O papel dos conselhos de direitos no processo de democratização**. In: SILVA, José Irivaldo Alves Oliveira [et al]. (Org). **Cidadania, educação e direitos humanos no Semiárido**. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2012.
- MARX, Karl. **Textos Filosóficos**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

- MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos.** (Dissertação de mestrado). UNICAMP, Campinas, 2000.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** 2^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2005, n°25, p. 11-23.
- NÓBREGA JR, José Maria P. *Semidemocracia brasileira: instituições coercitivas e práticas sociais.* Recife: Nossa Livraria 2009.
- NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da. **A Semidemocracia Brasileira: autoritarismo ou democracia?** Sociologias, Porto Alegre, abr. 2010, n° 23, p. 74 -141.
- REIS, Sebastiana Lindaura de Arruda; BELLINI, Marta. **Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental.** Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, 2011, n°. 2, p. 149-159.
- RICOUER, Paul. **O conflito das interpretações.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1970.
- RICOEUR, Paul. Linguagem como Discurso, *In: Ricouer, P., Teoria da Interpretação.* Lisboa: Edições 70, 1976.
- O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, agência e estado: Teoria com intensão comparativa.** Paz e Terra, 2010.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1995 [1975].
- PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e Mercado: No leste Europeu e na América Latina.** Editora Relume Dumará, 1994.
- RIBEIRO, Ednaldo aparecido. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil.** Dissertação de Mestrado. Curitiba, 2008.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social.** Trad. Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SARANDY, Flávio Marcos Silva. **“A sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil”.** (Dissertação de Mestrado); Rio de Janeiro, 2004.
- SANTANA, Jair Eduardo. **Democracia e cidadania: o referendo como instrumento de participação política.** Belo Horizonte: Del Rey, 1995, p. 27-233.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. **Paradoxos do Liberalismo.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais. 1988.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli Silva. “A sociologia no ensino médio: perfil dos professores, dos conteúdos e das metodologias no primeiro ano de reimplantação nas escolas de Londrina - PR e Região - 1999”. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso Xavier de (Org). **Sociologia e ensino em debate – experiências e discussões de sociologia no ensino médio**, Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio**. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2007.

TOMAZI, Nelson Dacio: **entrevista** [maio. 2008]. Entrevistadora: Ana Laudelina Ferreira Gomes. Rio Grande do Norte: UFRN - RN, 2008.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2010.

APÊNDICES

INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS: ROTEIRO DE CONDUÇÃO DE ENTREVISTA COM OS ALUNOS

PARTE I (Dados pessoais dos entrevistados)

Identificação da entrevista.....

Idade.....

Cidade Natal.....

Escolaridade.....

Profissão.....

Renda

PARTE II (percepção sobre democracia)

- 1- O que você entende por democracia?
- 2- O que você entende por governo democrático?
- 3- A quais fatores você acha que a democracia está ligada?
- 4- Temas relacionados à política: democracia, poder, Estado, eleições, formas de governo, são trabalhados de maneira suficiente na disciplina de Sociologia?

INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS: ROTEIRO DE CONDUÇÃO DE ENTREVISTA COM A PROFESSORA DE SOCIOLOGIA

PARTE I (Dados pessoais da entrevistada)

Identificação da entrevista.....

Idade.....

Cidade Natal.....

Escolaridade.....

Profissão.....

Renda

PARTE II (metodologias de ensino)

5- Como você trabalha o tema democracia nas aulas de Sociologia?

6- Você cita autores em suas aulas, em especial, de Sociologia?

7- Qual maior desafio que você encontrou em sua carreira como docente?

8- Fale sobre a sua experiência no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.